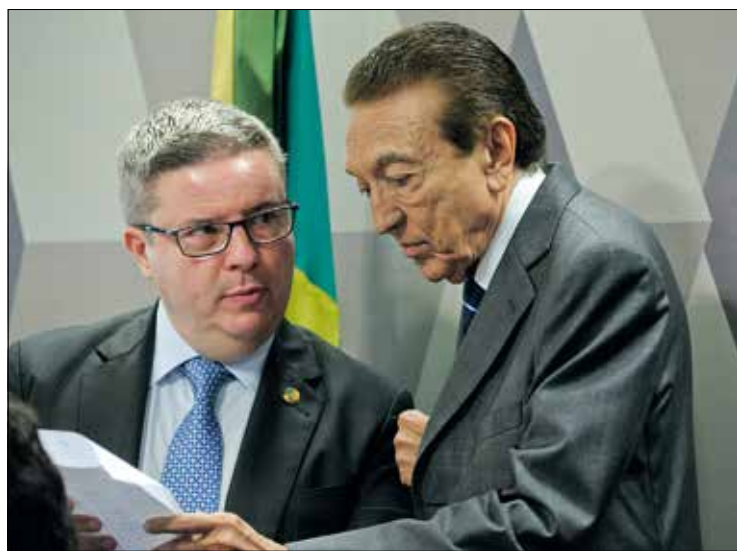




Senado discute hoje atualização do Código Penal

Audiência pública com especialistas aborda proposta que altera a legislação penal brasileira. Corrupção, por exemplo, pode passar a ser considerada crime hediondo

A Comissão de Constituição e Justiça debate hoje, em audiência pública, a reforma do Código Penal. A proposta, que será votada pela CCJ, foi elaborada por comissão de juristas a pedido do Senado e tramita desde 2012. O projeto, por exemplo, eleva a pena mínima para quem cometer homicídio, torna a corrupção crime hediondo e cria novas possibilidades de penas alternativas para crimes de menor potencial ofensivo. **3**



Anastasia, vice-presidente da CCJ, e Lobão, presidente: Código Penal em pauta

Gerardo Magalhães/Agência Senado — 27/7/2017



Ronny Santos/Prefeitura de São José dos Campos

Vários projetos de lei preveem mais apoio e acompanhamento às mães

Aleitamento materno ganha incentivo com duas novas leis

O aleitamento materno ainda enfrenta obstáculos no Brasil, onde menos de 10% das crianças são alimentadas exclusivamente com o leite da mãe até os 6 meses. Para aumentar essa porcentagem, o Congresso aprovou

recentemente projetos para apoiar a amamentação e conscientizar as mães sobre os benefícios do leite para o bebê. O leite materno é capaz de prevenir doenças e suficiente para garantir crescimento saudável. **4 e 5**

Adesão da Bolívia ao Mercosul em análise hoje **7**

Comissão faz audiência sobre direitos de índios **8**

Brasil pode ter semana para debater suicídio **3**

Extração ilegal de minério deve ter pena ampliada **6**

Congresso Nacional vai comemorar 80 anos da UNE **2**

Debate expõe problemas de gestão na Previdência

Contrários à proposta de reforma previdenciária, participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos afirmaram que não há déficit na Previdência, e sim pro-

blemas de gestão, como sonegação, incentivos fiscais e destinação de recursos do sistema a outras áreas. O governo, porém, defendeu a necessidade de mudanças no setor. **8**



Paulo Paim (C), vice-presidente da comissão, comanda audiência pública para discutir gestão do sistema previdenciário

Pedro França/Agência Senado



Wellington coordena o encontro, que discutiu o alto frete cobrado no estado

Marcos Lopes/Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Mato Grosso precisa de rodovias melhores, aponta seminário

Os problemas de logística enfrentados por Mato Grosso podem diminuir sensivelmente caso a malha viária do estado seja aprimorada. Essa

foi uma das conclusões do seminário das Comissões de Desenvolvimento Regional e Senado do Futuro realizado ontem em Cuiabá. **6**

Reforma previdenciária recebe críticas em CPI

Na volta dos trabalhos da CPI da Previdência, especialistas criticaram a proposta de reforma que está no Congresso. Para eles, o governo deveria adotar medidas como cobrar as dívidas de grandes devedores e melhorar a gestão e a aplicação dos recursos. **8**

Rio 92 tornou Brasil protagonista, dizem especialistas

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em 1992 no Rio pautou o século 21 com temas como sustentabilidade e tornou o Brasil protagonista na questão ambiental, avaliaram convidados de audiência na Comissão de Relações Exteriores. Foi a partir da Rio 92 que a questão passou a ser vista como estratégica pelas nações, afirmaram. O encontro foi o nono do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional, promovido pela comissão. **7**



Presidente da CRE, Collor conduz o debate, ao lado da deputada Bruna Furlan

Roque de Sá/Agência Senado

Projeto exclui de herança autor de homicídio **7**

FMI apoia Instituição Fiscal Independente **2**

Leia, encartado nesta edição, o **Monitor Fiscal**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gabriel Leal de Barros, diretor da IFI, Felipe Salto, diretor-executivo da instituição, e Josué Pellegrini, analista do órgão

FMI faz elogio à Instituição Fiscal Independente

Relatório do Fundo Monetário Internacional afirma que a criação do órgão pelo Senado garante mais transparência e deve contribuir para melhorar os debates sobre a situação fiscal brasileira

UM RELATÓRIO DO Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgado em julho elogia a decisão do Senado de criar a Instituição Fiscal Independente (IFI). De acordo com a publicação, a IFI “é um passo importante para promover a transparência e melhorar o debate sobre a política fiscal no Congresso e na sociedade”.

A menção à IFI está em um relatório anual conhecido como *Artigo IV*. O texto faz um diagnóstico da economia dos países membros. A equipe do fundo esteve no Senado em maio. O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, explica que a função da instituição, criada em 2016, é “colocar luz sobre as contas públicas”.

— A IFI ainda não comple-

tou um ano de existência. A menção no relatório do FMI mostra que um organismo multilateral importante em matéria fiscal reconhece na iniciativa do Senado um ato na direção da transparência e da melhoria da avaliação das contas públicas. É um instrumento a mais que a gente tem para avaliar as contas do governo — afirma Salto.

Deficit

De acordo com o relatório do fundo, o Brasil está saindo da recessão e terá uma expansão de 0,3% no produto interno bruto (PIB) em 2017. A previsão da IFI é um pouco mais otimista: 0,46%.

O diretor-executivo da IFI destaca, no entanto, que o

Brasil atravessa “um momento de penúria” e que as contas do país “estão muito debilitadas”. Felipe Salto avalia que o deficit da União em 2017 deve ser pior que os R\$ 139 bilhões previstos pelo Palácio do Planalto.

— Nossa estimativa atual é de deficit de R\$ 144,1 bilhões. Mas estamos revisando esse número. As receitas estão piorando, não estão vindo como o governo e a IFI esperavam. Do lado das despesas tem pressões. O resultado disso é que pode ter uma piora entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões no resultado inicialmente projetado — disse Felipe Salto.

O próximo relatório de acompanhamento fiscal da IFI será divulgado na quinta-feira.

Envio de redações do Jovem Senador vai até dia 18

Termina no dia 18 o prazo para que as secretarias estaduais de Educação inscrevam os três alunos selecionados no estado para participar do Projeto Jovem Senador 2017, do Senado.

Os alunos são selecionados nos estados por meio de um concurso de redação. Os autores dos três melhores trabalhos de cada estado participam do projeto.

—Em Brasília, uma comissão julgadora do Senado esco-

lhe a melhor redação de cada estado e, entre essas, as três melhores do país — explica Marcia Yamaguti, coordenadora do Jovem Senador.

O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Relações Públicas do Senado. Os vencedores também recebem prêmios, assim como suas escolas.

Podem participar do projeto estudantes de até 19 anos que estejam cursando o ensino médio na rede pública dos estados e do Distrito Federal.

O tema de 2017 é “Brasil plural: para falar de intolerância”. Os estudantes que participam do projeto têm a oportunidade de conhecer o trabalho dos senadores e o processo legislativo.

Durante quatro dias, os estudantes atuam como senadores, elegem a Mesa Jovem, participam de comissões e apresentam sugestões, que podem até tramitar como projetos de lei.

Todas as informações estão no site do Jovem Senador. Na página, também é possível conferir o perfil dos estudantes e dos professores orientadores de edições passadas, além das redações vencedoras, fotos, vídeos e notícias.



Jone de Araújo/Agência Senado

Jovens senadores tomam posse no Plenário do Senado na edição de 2016

Site: senado.leg.br/jovemseador
 Telefone: (61) 3303-1913
 E-mail: jovemseador@senado.leg.br

Congresso faz sessão na quinta para celebrar 80 anos da UNE

Uma sessão solene do Congresso Nacional marcada para quinta-feira vai comemorar os 80 anos de fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Os autores do requerimento para a homenagem são a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Os dois destacam o legado da UNE, que representa 6 milhões de estudantes de todos os estados.

Segundo Vanessa e Orlando, a história da UNE se confunde com a do Brasil contemporâneo. Eles listam no requerimento uma série de episódios que contaram

com a participação dos estudantes.

“Da campanha O Petróleo é Nosso, na década de 1940, do enfrentamento ao nazifascismo e durante a resistência à última ditadura civil-militar, passando pelas Diretas Já, pelo movimento dos caras-pintadas, a luta contra os governos neoliberais nos anos 1990 e pelas jornadas de junho de 2013 por um país melhor, a UNE fez parte dos principais movimentos populares da história recente brasileira”, afirma trecho do requerimento.

Veja Arquivo S sobre o tema <http://bit.ly/UNE80anos>

Dezembro pode ser o mês dedicado à luta contra a aids

O Dia Mundial de Luta Contra a Aids é 1º de dezembro, mas o mês inteiro pode ser dedicado a atividades ligadas ao enfrentamento do HIV/aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Um projeto que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) propõe a criação do Dezembro Vermelho.

Relatado pela presidente da CAS, senadora Marta

Suplicy (PMDB-SP), o PLC 60/2017 prevê a iluminação de prédios públicos com luz vermelha e a realização de atividades, como palestras, campanhas e eventos para alertar a população sobre os riscos dessas doenças.

Segundo o projeto, os eventos do Dezembro Vermelho devem ser realizados de acordo com as diretrizes do SUS.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Exploração de portos e ferrovias**
9h Audiência com o ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa.
- CDH Povos indígenas**
9h30 Audiência sobre direitos indígenas.
- CAE Doações para universidades**
10h Entre os 15 itens, o PLS 16/2015, que autoriza universidades a criarem fundos para captar doações.
- CCJ Reforma do Código Penal**
10h Audiência sobre o PLS 236/2012, que trata da reforma do Código Penal.
- CE Semana de Valorização da Vida**
11h Audiência a respeito do PLS 163/2017, sobre a Semana de Valorização da Vida.
- CMA Exploração de recursos minerais**
11h30 Na pauta, o PLS 63/2017, que agrava pena para exploração irregular de recursos minerais, e mais 16 itens.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, PRS 55/2015, que reduz o ICMS sobre querosene de aviação.

- PARLASUL Bolívia no Mercosul**
14h30 Audiência para debater o protocolo de adesão da Bolívia ao Mercosul.
- MP 776/2017 Registro de nascimentos**
14h30 A comissão da MP, sobre novas regras para registro de nascimento, promove audiência pública.
- MP 777/2016 Contratos do BNDES**
14h30 Audiência pública a respeito da MP, que cria nova taxa para contratos do BNDES.
- REUNIÃO DE LÍDERES Pauta**
14h30 Reunião para definir votações.
- CONSELHO DE ÉTICA Denúncia**
15h Sorteio de relator da Denúncia 1/2017, contra as seis senadoras que ocuparam a mesa do Plenário na sessão em que foi votada a reforma trabalhista.
- MP 781/2017 Fundo Penitenciário**
15h A comissão da MP, que autoriza repasse do Fundo Penitenciário a estados e municípios, analisa relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Comissão debate hoje proposta de reforma do Código Penal

Projeto que será votado pela Comissão de Constituição e Justiça é fruto de proposta de grupo de juristas e está em análise desde 2012. Pelo texto, corrupção pode se tornar crime hediondo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove hoje audiência pública para instruir a votação do projeto que trata da reforma do Código Penal brasileiro (PLS 236/2012).

O requerimento foi apresentado pelo vice-presidente da comissão, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), atual relator da proposta.

O projeto do novo Código Penal é fruto de proposta apresentada por uma comissão de juristas e tramita no Senado desde julho de 2012.

O texto, que já foi aprovado por uma comissão temporária de senadores, aumenta a pena mínima para o crime de homicídio, torna a corrupção crime hediondo e prevê mais possibilidades de substituição da pena de prisão para delitos de menor potencial ofensivo

Convidados

A complexidade e a relevância do assunto motivaram a realização do debate, justificou Anastasia.

O tema deverá ser analisado pela ministra do Superior



Presidiários em Santa Catarina: projeto aumenta pena para crimes de homicídio e cria novas penas alternativas à prisão

Tribunal de Justiça (STJ) Maria Thereza de Assis Moura, pelo procurador da República Douglas Fischer, pelo advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Pierpaolo Cruz Bottini, pelos professores da Universidade de Augsburg (Alemanha) Luís Greco e Alaor

Leite, pelo defensor público da União Gustavo de Oliveira Quandt, pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro e pelo professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Frederico Gomes de Almeida Horta.

A audiência pública aconte-

cerá na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

Também poderá ser acompanhada por internautas a partir das 10h pelo Portal e-Cidadania.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Indiciado deverá ter acesso a provas

Pessoas que são alvo de inquérito policial poderão ter espaço para defesa e contraditório quando o processo estiver em andamento. É o que estabelece projeto de lei que está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 366/2015 estabelece que a defesa do acusado terá acesso às provas produzidas e documentadas durante o inquérito e poderá requisitar vista dos autos e requerer diligências próprias — inclusive

com a garantia de suspensão do prazo do inquérito. Isso poderá ocorrer mesmo após o indiciamento.

O projeto permite que os elementos probatórios produzidos ainda durante o inquérito sejam usados para fundamentar a sentença final do juiz. Para que isso seja permitido, no entanto, deverão ser assegurados a participação e o contraditório da defesa ao longo do inquérito.

O autor da proposta, Roberto Rocha (PSB-MA), afirma que

o principal objetivo da iniciativa, que modifica o Código de Processo Penal, é garantir que o acusado não seja “mero enfeite ou refém” do inquérito.

“É preciso promover mais condições para que o indiciado participe do procedimento investigatório, indicando meios de prova para que a investigação se aproxime ao máximo da verdade. A garantia de uma persecução penal eficiente não pode descuidar da garantia dos direitos do investigado”, explica o senador em sua justificativa para o projeto.

A relatoria da proposta é do senador João Capiberibe (PSB-AP), que fez uma ressalva no texto para observar que a concessão de vista à defesa “poderá ser excepcionada quando esse ato colocar em risco a eficácia das investigações”.

Caso seja aprovado pela CCJ, o projeto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, sem a necessidade de passar pelo Plenário do Senado, a menos que seja apresentado recurso com esse propósito.

Reguffe critica falta de remédios no DF

O senador Reguffe (sem partido-DF) afirmou que considera inaceitável a falta de 112 medicamentos na rede pública de Brasília. Em discurso no Plenário ontem, ele disse que o Distrito Federal não deveria fazer investimento em nenhum outro setor, como gastar com shows e festas, antes de resolver a questão da falta de remédios.

— A prioridade tem que ser a saúde.

Reguffe também condenou as filas na Farmácia de Alto Custo mantida pelo governo de Brasília. O senador sugeriu que os remédios sejam entregues na casa dos pacientes, o que beneficiaria principalmente os idosos.

O senador disse ainda que a superlotação dos leitos hospitalares do Distrito Federal é causada pela longa espera por cirurgias.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Instituto homenageia Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) informou que receberá hoje o Prêmio Octavio Frias de Oliveira, do Instituto do Câncer de São Paulo, como personalidade de destaque em oncologia.

Ela agradeceu a equipe que a ajuda a apresentar projetos e em ações para melhorar a qualidade de vida das pessoas com câncer.

Ana Amélia citou alguns projetos relatados por ela convertidos em lei, entre eles o que determina o tratamento do câncer em até 60 dias após o diagnóstico e o que autoriza a implantação de prótese mamária na própria cirurgia de retirada do tumor.

— Neste momento de tanta perturbação no cenário político, é muito confortável e estimulante estar entre as pessoas distinguidas pelo Prêmio Octavio Frias de Oliveira.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Roberto Rocha, autor do projeto, quer evitar que acusado seja refém do inquérito

Senadores discutem criação da semana de conscientização contra o suicídio

A criação da Semana Nacional de Valorização da Vida será tema de audiência pública na Comissão de Educação e Cultura (CE). O debate está marcado para hoje, às 11h, e contará com o serviço de língua brasileira de sinais (Libras). A audiência é interativa, com a participação dos inter-

nautas pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

A Semana Nacional de Valorização da Vida está prevista no PLS 163/2017, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A intenção é contribuir para a diminuição da incidência de suicídios no Brasil e para a conscientização sobre

as possíveis causas, como os transtornos mentais, o bullying e problemas familiares e sociais. Por meio do debate, da reflexão e da conscientização sobre o assunto, a semana também tem o objetivo de inibir a automutilação e a exposição danosa nas redes sociais.

Foram convidados o co-

ordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, Quirino Cordeiro Júnior, o coordenador-geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica do Ministério da Educação, Felipe Felisbino, o presidente da Associação Brasileira de Es-

tudos e Prevenção do Suicídio, Humberto Corrêa, e a representante do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, Cheila Marina de Lima.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Aleitamento materno ainda enfrenta obstáculos

Leis aprovadas no Congresso buscam tornar menos frequentes os mitos, como o do “leite fraco”, e o desconhecimento das mães sobre técnicas de amamentação. Especialistas citam benefícios do leite materno para o desenvolvimento do bebê

Adriana Carla Aragão e Marcela Diniz

EM 2017, O Brasil ganhou duas novas leis que apoiam o aleitamento materno. A Lei 13.435, que cria o Agosto Dourado, e a Lei 13.436, que trata da orientação às mães lactantes nas redes pública e privada de saúde.

Na opinião da consultora do Senado Roberta Viégas, que

coordena o Observatório da Mulher Contra a Violência, são duas conquistas importantes para consolidar a cultura da amamentação no país, que ainda enfrenta muitos obstáculos.

— Resgata a importância da amamentação em vários aspectos: no vínculo da mãe com o bebê e,

principalmente, na saúde da criança.

A Lei 13.435 transforma o mês de agosto no mês do aleitamento materno, o que abre a oportunidade para ações de conscientização sobre a importância da amamentação. O projeto que deu origem à lei é da deputada Dulce Miranda (PMDB-TO). No Senado, a matéria foi relatada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

— A designação de um mês segue o sucesso que nós temos, por exemplo, com o mês destinado ao enfrentamento ao câncer de mama.

Orientação

A Lei 13.436 garante às lactantes acompanhamento e orientação sobre aleitamento nas unidades de saúde das redes pública e privada. Roberta Viégas observa que há mães que desistem de amamentar por falta de apoio do companheiro, da família ou de orientação técnica.

— Antigamente, você aprendia a amamentar vendo sua tia amamentar seu primo, sua mãe amamentar seu irmão mais novo. As mulheres, hoje, têm de reproduzir um comportamento do qual não têm exemplo. Então, esse apoio técnico é fundamental.

A lei que garante orientação às lactantes

nos estabelecimentos de saúde nasceu de um projeto do deputado Diego Garcia (PHS-PR), relatado no Senado por Fátima Bezerra (PT-RN).

Constrangimento

Entre os projetos que podem gerar novas leis sobre aleitamento materno, está o de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que veda claramente o constrangimento a mulheres que amamentem em público: — É um absurdo imaginar que alguém possa tentar erotizar um momento tão sublime da vida humana.

Depois de uma mãe ter sido repreendida por amamentar no Sesc Belenzinho, em São Paulo, a cidade ganhou lei para proteger a amamentação em público. O mesmo se deu com Rio de Janeiro e Belo Horizonte e os estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso.

Mãe de leite

A amamentação é um processo natural, mas nem sempre é fácil. Muita gente foi ou teve uma mãe de leite.

Erica Mohn, de Brasília, amamentou seus dois filhos sem maiores problemas, mas uma amiga dela não teve a mesma sorte. Passou por parto traumático, não conseguiu dar de mamar e pediu a Erica que amamentasse o menino, que acabou se tornando seu afilhado.

— A minha amiga me fez esse pedido e eu tinha muito leite. Eu respondi: por que não, né? Portanto, eu amamentei a minha filha e o filho dela. Foi muito gostoso, aconchegante, uma experiência ótima.

De acordo com a neonatologista Noêmia Meyohas, apesar do “aleitamento cruzado”, como é chamado tecnicamente, ser comum no Brasil, a prática oferece riscos. O ideal é que a mãe com dificuldades procure um banco de leite: — Há várias doenças que se podem transmitir pelo leite, além de medicação que a outra mãe usa. Então, dentro da maternidade, a gente não autoriza. Elas são orientadas a não fazer aleitamento cruzado.

Bancos de leite

O Brasil é referência mundial quando o assunto é a organização dos bancos de leite. São 200 unidades e 150 postos de coleta distribuídos em todos os estados, além de um sistema

de cooperação internacional que orienta a criação de redes em outros países. No Distrito Federal, existem 18 bancos de leite: 14 na rede pública de saúde e 4 na rede privada. Esses bancos são coordenados por Miriam Santos.

— A gente tem um universo imenso de mulheres do Distrito Federal que são solidárias, que doam leite; e participação do Corpo de Bombeiros, principal responsável pela coleta; uma central de doação; um site, além de um aplicativo da Secretaria de Saúde para a doação de leite materno — contabiliza Miriam.

Os bancos de leite do Brasil conseguem atender todos os anos entre 160 e 170 mil bebês que nasceram prematuramente ou com baixo peso.

Segundo Noêmia Meyohas, esse trabalho é importante porque nem todas as mães de bebês que estão em uma UTI neonatal conseguem amamentar seus filhos. Por meio do controle de qualidade que é feito nos bancos, os bebês recebem o leite certo para a fase de desenvolvimento na qual se encontram.

— O banco de leite processa qualquer tipo de leite doado, tira as bactérias, inclusive o risco de transmissão de HIV — observa.

Mais apoio

Além de orientação técnica, as mães precisam de apoio: do governo, para reforçar as políticas públicas; do Legislativo, para melhorar as leis trabalhistas que assegurem esse direito; dos médicos, para a orientação das famílias; das empresas, para fazer valer e ampliar os direitos trabalhistas; e dos familiares, para garantir tempo e condições às mães.

A coordenadora dos bancos de leite do Distrito Federal, Miriam Santos, diz que essa rede de apoio ajuda a mãe a não desistir de amamentar: — A mulher precisa de apoio. Existem situações de estresse que podem prejudicar a amamentação, sim.

Existem situações de estresse que podem prejudicar a amamentação, sim.

Mais saúde

Uma série de benefícios justificam todo esforço nessa direção. Pesquisa iniciada na década de 80 pelo epidemiologista brasileiro Cesar Victora mostrou a importância da amamentação nos primeiros seis meses de vida da criança. Desde 1982, Victora vem acompanhando 4 mil pessoas nascidas em Pelotas (RS). Ele constatou que crianças amamentadas por

um ano ou mais têm hoje um QI de quatro pontos acima do das crianças amamentadas por menos de um mês.

Mitos

Uma série de mitos em relação à amamentação circundam as mães de primeira viagem. Elas podem acreditar, por exemplo, que o primeiro leite (o colostro) não é suficiente para o desenvolvimento do bebê.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda: as crianças devem fazer aleita-

mento materno exclusivo até os 6 meses de idade e devem continuar a ser amamentadas, pelo menos, até completarem 2 anos.

Leite artificial

Sobre o uso de alimentação artificial, João Aprígio Guerra, doutor em saúde da mulher e da criança e coordenador da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, alerta:

— A introdução da alimentação artificial contribui para um aumento, de 2% a 6%, na ocorrência de diabetes insulino-dependente na vida adulta e

No século 20, a indústria alimentícia fez muitas mulheres acharem que o leite artificial era mais nutritivo que o leite materno, mito que veio sendo construído por meio de propaganda. Até leite condensado foi vendido como complemento para bebês que ainda mamavam.

o risco relativo da ocorrência de linfomas aumenta em até seis vezes com alimentação artificial antes do sexto mês de vida.

Guerra esteve no Senado para uma audiência sobre amamentação. Ele diz que o leite do final da mamada, por exemplo, previne a obesidade e que o aleitamento materno pode contribuir para a diminui-

ção da violência porque ajuda de forma objetiva a nucleação familiar. E essa união familiar torna mais favorável o contexto no qual as pessoas vivem, levando a um grau maior de controle emocional e de serenidade.

Para as mães, o aleitamento diminui os riscos de câncer de mama e de ovário, doenças que mais matam mulheres no Brasil.

Saiba mais

Encontre um banco de leite <http://bit.ly/bancosLeite>

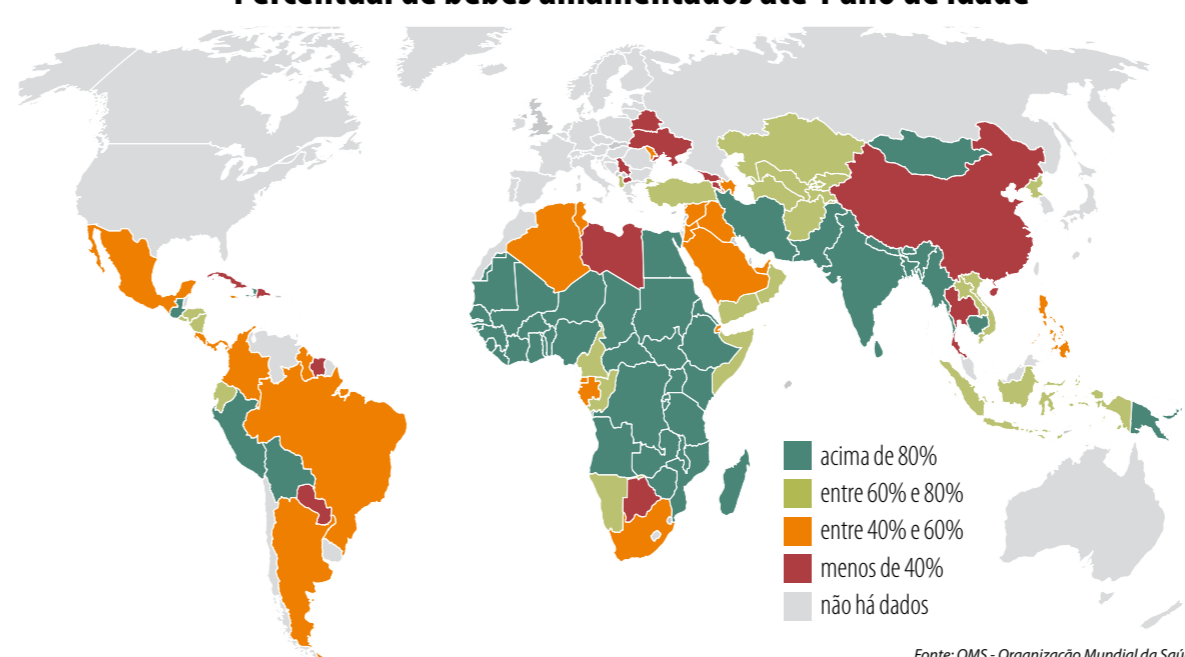
Pediatra explica o que fazer quando não é possível amamentar <http://bit.ly/MarleneAssumpcao>

Artigo da gerente do Centro de Referência da Rede Global de Bancos de Leite Humano <http://bit.ly/DanielleAparecidaSilva>

Página da Fiocruz sobre o tema <http://bit.ly/aleitamentoFiocruz>

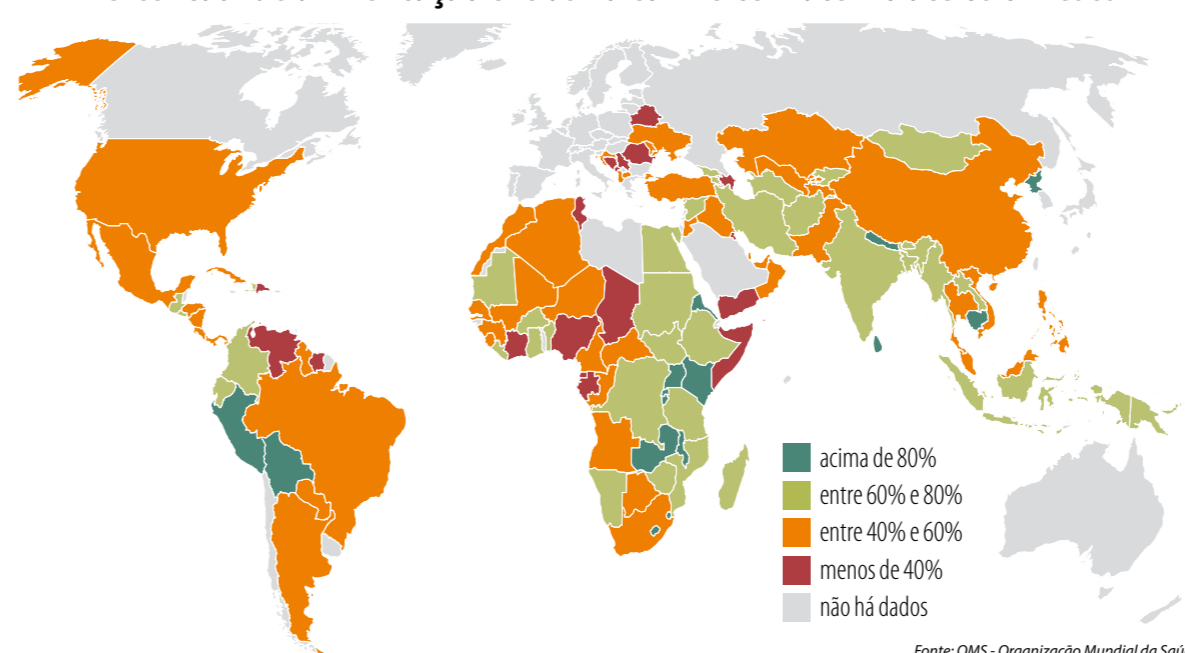
Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Percentual de bebês amamentados até 1 ano de idade



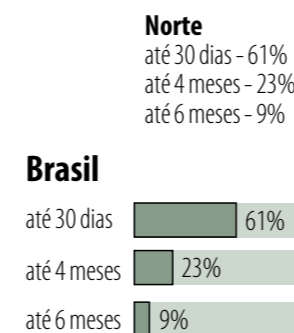
Fonte: OMS - Organização Mundial da Saúde

Percentual de alimentação exclusiva com leite materno até os 6 meses



Fonte: OMS - Organização Mundial da Saúde

Percentual de aleitamento materno exclusivo no Brasil



Fonte: I e II Pesquisa Nacional de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal.

Saiba como doar leite materno

Passo 1

Para se tornar uma doadora, os únicos requisitos são: ser saudável e estar amamentando seu filho. Não há um volume mínimo estabelecido para a doação. Qualquer quantidade é importante para o Banco de Leite Humano (BLH). Além disso, extrair leite para doar não vai comprometer a produção para o seu bebê, pelo contrário. Quanto mais estímulo a mama recebe, mais alimento produz.

Passo 2

Tenha à mão os últimos exames de sangue que fez durante o pré-natal. Eles serão necessários para seu cadastro como doadora.

Passo 3

Entre em contato com o banco de leite de sua cidade. Você pode encontrar a unidade mais próxima pela linha gratuita 08000 268877, de segunda a sexta, entre as 7h e as 18h, ou pelo portal rblh.fiocruz.br. Durante o primeiro contato telefônico, o profissional do BLH vai orientá-la quanto à retirada do leite, ao armazenamento e ao dia de visita. Não hesite em sanar todas as suas dúvidas nesse momento. Lembre-se que o BLH é composto por equipe multidisciplinar disposta a ajudá-la não só na doação, mas também na amamentação do seu bebê.

Passo 4

Alguns bancos de leite podem ceder potes já esterilizados para a coleta. Ou você pode separar potes de vidro com tampa plástica que já tenha em casa. Faça a esterilização, mergulhando-os em água fervente por 15 minutos. Não tente secar, seja com pano ou papel. Em vez disso, deixe o secar naturalmente em cima de um pano limpo e seco.

Passo 5

Hora de retirar o leite. Sempre faça a ordenha após as mamadas do bebê. Prenda os cabelos e lave bem as mãos, até os cotovelos, com sabonete neutro. Escolha um lugar limpo e confortável, sem animais. A ordenha pode ser manual ou feita com o auxílio de bombas (que devem ser esterilizadas).

Passo 6

Identifique o frasco com uma etiqueta com seu nome, a data e a hora da primeira coleta. Coloque-o imediatamente no congelador, onde pode permanecer por até 15 dias. Na próxima ordenha, você pode usar um copo de vidro (esterilizado conforme as indicações do 4º passo) e, depois, adicionar o leite coletado a esse mesmo pote do congelador. Colocar leite recém-extraído não vai comprometer o líquido já congelado.

Passo 7

Aguarde a visita ou entre em contato com o banco de leite, para combinar a entrega das doações. Lembre-se: mesmo que só tenha conseguido extrair poucos mililitros, esse leite é importante e vai ajudar a salvar vidas.

Fonte: Fiocruz



Debatedores cobram duplicação da BR-163

Participantes de seminário das Comissões de Desenvolvimento Regional e Senado do Futuro em Cuiabá pediram a melhora do escoamento da produção em Mato Grosso

UMA DAS SOLUÇÕES para os problemas logísticos de Mato Grosso passa pelos portos da Região Norte. Para isso, no entanto, é preciso melhorar a malha viária que corta o estado, como os corredores das BRs-163 e 364, disseram os participantes de audiência pública sobre o tema ontem, em Cuiabá.

Presidida por Wellington Fagundes (PR-MT), a reunião foi realizada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e Senado do Futuro (CSF), em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

— A questão é estratégica, mas não se trata só de produção agrícola, mas de segurança para a população. A ineficiência do transporte custa 6% do PIB por ano. Mato Grosso tem o maior custo de frete do país. Uma das alternativas é o Arco Norte, onde os produtos podem ser escoados em portos como Itaquí, no Maranhão, e Miritituba, no Pará — defendeu o senador.

O diretor-executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon



Wellington Fagundes (C) preside seminário em Cuiabá que debateu logística e a situação das rodovias mato-grossenses

Vaz Ferreira, afirmou que as safras de milho e soja de Mato Grosso crescem a cada ano e o estado ainda tem 15 milhões de hectares que podem ser incorporados à agricultura. No entanto, o aumento da produção está atrelado à logística.

O superintendente estadual do Dnit, Orlando Machado, admitiu que Mato Grosso tem um débito histórico quanto à conservação de pavimentos

das rodovias. Entretanto, a situação tem melhorado nos últimos anos, garantiu.

— Hoje, quando se leva em conta a condição de pavimento, Mato Grosso está em 8º lugar num ranking do Dnit. Em 2001, 52% da malha viária era considerada de má qualidade e só 4% estavam em boas condições. Hoje temos um índice de 60% bom e apenas 19% ruim — declarou.

Antes do evento, houve a assinatura de acordos de cooperação técnica entre o Dnit, a Prefeitura de Cuiabá e a Associação Mato-Grossense dos Municípios relativos à duplicação da BR-163, no trecho entre a capital e a Serra de São Vicente.

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, disse que por muitos anos a população vem convivendo com os perigos

oferecidos pelas BRs-364 e 163. Segundo ele, o poder público municipal não poderia ficar omissos diante de obras tão relevantes, daí a importância da assinatura dos acordos.

— Não vamos atravancar o desenvolvimento da capital, mas é preciso ação coordenada com outros órgãos federais e estaduais. São obras que impactam o conforto e a qualidade de vida dos cuiabanos — afirmou.

Pela manhã, os participantes da audiência visitaram a obra viária do Contorno Norte de Cuiabá, de responsabilidade do Dnit. À tarde, houve uma visita às obras de duplicação da BR-163 entre Cuiabá e a Serra de São Vicente.

A BR-163 tem quase 3,5 mil quilômetros e cruza Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda há trechos não pavimentados, bem como outros entregues à iniciativa privada, responsável pela duplicação. Em Mato Grosso, a concessionária Rota do Oeste é responsável por 850 quilômetros da via.

Extração irregular de minério pode ter pena maior

Quem extrair recursos minerais sem autorização ou em desacordo com a liberação obtida do governo poderá ter a pena aumentada, de acordo com um projeto que será votado hoje na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O PLS 63/2017, de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), propõe que os infratores, hoje punidos com detenção máxima de 1 ano pela extração ilegal de recursos minerais, passem a receber pena de 1 a 5 anos de prisão, além do pagamento de multa.

O senador, que também preside a CMA, afirma que a extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares tem aumentado.

Além disso, segundo ele, a atividade provoca erosão e descompactação do solo,

dando origem, em muitos casos, à desertificação.

O relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), recomenda a aprovação da proposta.

Como a matéria é terminativa na comissão, se for aprovada deverá seguir diretamente para análise na Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a votação final no Senado seja em Plenário.

Baterias automotivas

Também está na pauta de hoje da CMA um projeto do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) que disciplina o recolhimento e a destinação final de baterias com chumbo e ácido sulfúrico em sua composição. As principais baterias com esses componentes são as automotivas e industriais.

O relator do PLS 537/2011,

senador Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou um substitutivo propondo que as regras para a logística reversa de baterias industriais e automotivas sejam incluídas na lei que institui a Política de Resíduos Sólidos, já regulamentada pelo Executivo.

A lei já obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias comuns a manter locais para o recolhimento e a adotar medidas para a destinação adequada de produtos descartados pelos consumidores.

A sugestão do relator é incluir na lei um item específico para que os mesmos procedimentos sejam adotados para baterias industriais e automotivas compostas por chumbo e ácido sulfúrico.

A proposta terá votação final na CMA.

Telmário defende criação de dia livre de impostos

Telmário Mota (PTB-RR) defendeu projeto dele que institui o Dia Livre de Tributos Federais (PLS 234/2017).

Para ele, a iniciativa acompanha o anseio da população, indignada com tantos impostos. O senador citou dados que apontam o Brasil como o sétimo país onde mais se trabalha para pagar impostos. Os brasileiros, porém, ainda não têm noção dos encargos, já que a maioria dos impostos é sobre o consumo, avalia:

— Essa forma de tributação mascara o que é arrecadado ao se adquirir um produto. Principalmente os mais pobres não veem o que pagam.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Roberto Requião critica política fiscal de Temer

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a política fiscal do governo de Michel Temer, conduzida pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Para ele, o governo diz que tem compromisso com o equilíbrio orçamentário, mas anunciou um aumento no déficit público em 2017 para R\$ 139 bilhões.

Para Requião, o governo erra nas prioridades quando escolhe aumentar o déficit público para pagar juros da dívida e favorecer especuladores. Em vez disso, disse o senador, o gasto público poderia ser ampliado em benefício da população.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Rio 92 foi divisor de águas, dizem especialistas

Conferência da ONU tornou o Brasil protagonista na questão ambiental, que passou a ser vista como estratégica pelos países, afirmaram participantes de ciclo de debates

FOI A PARTIR da Rio 92 que a comunidade internacional passou a entender a necessidade de aliar o desenvolvimento socioeconômico à preservação da natureza e ao uso sustentável dos recursos naturais. Essa foi uma das constatações da audiência pública interativa promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

“Meio Ambiente e Relações Internacionais: o Brasil como ator global” foi o tema do painel, o nono do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras, idealizado pela CRE. A situação 25 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, foi abordada pelos convidados, especialistas em questões ambientais.

— A Rio 92 foi um divisor de



Presidente da CRE, Fernando Collor (C) conduz evento com Izabella Teixeira, deputada Bruna Furlan, Benjamin e Mesquita

águas, mensagem política de mudanças — disse o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Para ele, foi a partir desse encontro que a questão ambiental passou a ser entendida como estratégica para as nações. Benjamin exemplificou a importância do evento ao

dizer que quase 200 chefes de Estado participaram da Rio 92. E foi após a conferência que o Brasil deixou para trás seu perfil refratário ao debate ambiental para ser um país de grande protagonismo internacional em questões ambientais.

Para a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, a

Rio 92 foi tão importante que pautou o século 21 com temas globais como a sustentabilidade. O papel de protagonista do Brasil em questões ambientais começou ali, avaliou.

— O meio ambiente sai de um nicho e ganha o mundo, há o crescimento do protagonismo do Brasil — disse, acres-

centando que a conferência mostrou caminhos para todas as negociações ambientais e climáticas desde então.

O primeiro presidente do Ibama, Fernando Cesar Mesquita, disse que o Brasil precisa de uma posição política de convocar a população para enfrentamento das questões ambientais e climáticas. Para ele, ministérios que tratam de ambiente, saúde e educação, entre outros, têm de se unir para que a população saia do comodismo e entenda que essas questões afetam todos:

— Hoje a agenda mundial mais importante é o clima.

O professor Marcelo Dias Varella, do Uniceub, destacou que a Rio 92 alavancou a conscientização global em torno de certos temas, como mudanças climáticas, e proporcionou o avanço de legislações nacionais em todo o planeta.

Parlasul vai discutir adesão da Bolívia ao Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) promove audiência hoje para analisar o protocolo de adesão da Bolívia ao bloco. O texto foi assinado em julho de 2015, durante reunião de cúpula em Brasília.

Está convidado o diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, Otávio Brandelli. A reunião será realizada a partir das 14h30, no plenário 13 da Ala Alexandre Costa.

Essa é a primeira etapa do processo de ratificação do texto, que ainda será examinado pela Câmara e pelo Senado. Segundo o protocolo, a Bolívia terá quatro anos, a partir da data da entrada em vigência, para adotar a Nomenclatura Comum do Mercosul, a Tarifa Externa Comum e o Regime de Origem do Mercosul.

O debate foi solicitado pelo deputado Celso Russomanno (PRB-SP). O texto da Mensagem 234/2016, do Poder Executivo, é relatado pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que já apresentou parecer pela aprovação.

De acordo com a exposição de motivos que acompanha a

mensagem presidencial, com a adesão da Bolívia, o Mercosul torna-se um bloco com 300 milhões de habitantes, distribuídos em uma área de 13,8 milhões de quilômetros quadrados e com um PIB calculado em US\$ 3,5 trilhões. O ingresso do novo sócio traria importantes reservas de gás e de lítio, mineral essencial à fabricação de baterias utilizadas pela indústria eletrônica.

Críticas

A adesão da Bolívia não é totalmente aceita pelos demais países do Mercosul. A própria relatora destaca os três principais argumentos contrários: a desapropriação pelo governo de Evo Morales de ativos da Petrobras na Bolívia; as alegadas imperfeições do regime democrático boliviano, colocando-o em desacordo com o Protocolo de Ushuaia; e a possível criação de obstáculos, pelo governo da Bolívia, à celebração de acordos entre o Mercosul e demais países e blocos regionais.

Em defesa da nacionalização promovida por Morales, Fátima Bezerra argumenta que a Bolívia “apenas repetiu

o que o governo brasileiro de Vargas fez na década de 50”. Para a senadora, trata-se de um episódio “inteiramente superado”.

Quanto à questão democrática, a relatora afirma que a ascensão de Morales produziu renovação política no país vizinho e permitiu a instituição de “mecanismos democráticos de representação mais robustos”, ao dar mais participação à população indígena.

Por último, observa que não se pode dizer a priori que a Bolívia seja contrária à celebração de acordos como o atualmente em negociação com a União Europeia.

“Temos de ter no Mercosul a mesma tolerância e visão estratégica que nortearam a integração da União Europeia”, observa Fátima em seu voto.

A Argentina, o Uruguai e o Paraguai — os três demais sócios fundadores do Mercosul — já concluíram os trâmites internos para a ratificação do protocolo de adesão da Bolívia. Assim que o texto for igualmente aprovado pelo Congresso Nacional, poderá entrar em vigor.

Com Agência Câmara

Presidente do TCU falará sobre auditorias no SUS

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, irá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para detalhar, em audiência pública, os resultados das auditorias do tribunal em várias políticas públicas federais de saúde.

Requerimento com esse

objetivo foi aprovado na quarta-feira pela comissão.

De acordo com Marta Suplicy (PMDB-SP), autora do pedido, o Aviso 555/2017, encaminhado pelo TCU ao Senado, traz os relatórios de fiscalização e auditoria em políticas e programas de governança e gestão em saúde

pública em âmbito nacional, órteses e próteses, resíduos sólidos, pactuação intergovernamental no Sistema Único de Saúde (SUS) e uso de mamógrafos. A intenção é que Carreiro aprofunde os resultados.

A audiência ainda não tem data marcada.

Projeto exclui herdeiro autor de homicídio do direito à herança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve analisar amanhã projeto que autoriza o Ministério Público a pedir a exclusão do direito à herança do legatário ou herdeiro autor de homicídio doloso, ou de tentativa de homicídio, contra aquele que deixa os bens.

O projeto (PLC 9/2017), do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), destaca que o Código Civil de 1916 mencionava expressamente que a exclusão poderia ser pedida apenas por pessoas com “interesse legítimo” na sucessão — outros herdeiros e credores que se sintam prejudicados, por exemplo. A legislação atual não fez essa ressalva, o que deixou dúvidas quanto à atuação do Ministério Público.

Relator da proposta na CCJ, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) é favorável ao texto por acreditar não haver dúvidas que houve omissão do Código Civil quanto à legitimidade do Ministério Público para propor ação de exclusão

de herdeiro ou legatário, nos casos envolvendo homicídio doloso ou tentativa.

— Em muitos casos, ou não há outros interessados em promover a exclusão do herdeiro indigno, ou são eles menores, ou, ainda, esses outros interessados simplesmente quedam-se inertes, assim tornando possível que o autor do homicídio ou de sua tentativa consiga herdar da sua vítima, por isso mesmo causando, às vezes, muita comoção social — ponderou.

Automutilação

Também está na pauta da CCJ projeto que torna crime a indução de crianças e adolescentes à automutilação (PLS 664/2015). Pelo texto alternativo apresentado pela relatora, Ana Amélia (PP-RS), adultos que induzirem jovens à prática do *cutting* por qualquer tipo de meio, inclusive salas de bate-papo na internet, poderão sofrer pena de detenção de seis meses a um ano.

Lindbergh: discurso da ética sumiu da Câmara no caso Temer

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem que o discurso da ética, feito por parlamentares favoráveis ao afastamento de Dilma



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rousseff, sumiu no caso de Michel Temer, mesmo sendo o presidente acusado da prática de corrupção passiva.

Essa mudança de postura,

segundo o senador, aconteceu devido à compra de votos pelo governo, à edição de medida provisória atendendo aos interesses da bancada ruralista na Câmara e à edição da MP do Refis, que refinancia as dívidas tributárias dos empresários.

Para debatedores, problema da Previdência é de gestão

Sonegação, incentivos fiscais e desvio de recursos do setor para outras finalidades foram apontados por especialistas como causas da crise do sistema previdenciário, que, segundo eles, não é deficitário

NÃO HÁ DEFICIT na Previdência e o que é preciso é uma reforma na maneira de gerir os recursos, afirmaram participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem. O debate teve como foco a proposta de reforma previdenciária e os problemas de gestão do setor.

De acordo com Marília Castro, do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), não há dados organizados sobre a Previdência. Para ela, é necessário que a contabilidade da Previdência seja separada da do governo, para que não haja conflito entre os compromissos assumidos e os recursos disponíveis.

— Quais são os pilares importantes? Contabilidade da Previdência apartada da contabilidade do governo. Previdência, assistência e saúde

Paim: governo deve cobrar devedores para cobrir rombo

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem a retomada da CPI da Previdência.

Segundo o senador, era esperado que os desvios de recursos da Previdência estivessem em torno de R\$ 1 trilhão. Porém, a CPI verificou que, de 2002 para cá, já foram desviados em torno de R\$ 3 trilhões dos recursos que deveriam ser destinados às aposentadorias.

Para ele, o governo precisa cobrar os maiores devedores da União.

— É quem não pagou que tem que pagar. Será que o Itaú vai ficar o dito pelo não dito? Bradesco, Caixa, JBS? Só aí, se você somar tudo, dá mais do que R\$ 10 bilhões.

devem ter receitas e despesas segregadas. Precisamos de um banco de dados confiável e específico para cada categoria e a garantia de que o financiamento da máquina pública seja segregado da Previdência.

Segundo o promotor de Justiça Paulo Penteado, grande parte do deficit se explica por sonegação e apropriação indevida da contribuição previdenciária, por incentivos fiscais crescentes e por transferência de dinheiro que deveria ser do Regime Geral de Previdência para a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

— Temos um regime teoricamente sustentável, mas essas formas de tirar dinheiro do sistema levam a esse deficit.

De acordo com ele, em 2016 as desonerações previdenciárias somaram R\$ 150 bilhões; as sonegações, R\$ 46 bilhões; e a DRU, R\$ 63 bilhões, um total de mais de R\$ 200 bilhões retirados do sistema por ano.

Para o presidente do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, a apropriação indevida de recursos da Previdência é absurda. Segundo ele, apenas em 2015, foi de R\$ 30 bilhões o valor das apropriações feitas pelos patrões.

— O governo sabe quanto devem, sabe quem deve e não empreende esforços para cobrar essa dívida e punir os praticantes desse crime.

Contraponto

O subsecretário do Regime Geral de Previdência do Ministério da Fazenda, Emanuel de Araújo Dantas, mostrou que a população está envelhecendo, a taxa de fecundidade, diminuindo, e as doenças degenerativas, aumentando. Ele explicou que esses fenômenos, aliados a uma legislação que permitiu que as pessoas se aposentassem cedo, afetam a seguridade social e que, por isso, a reforma é necessária.

— Na década de 90, as mulheres se aposentavam com 42 anos, e os homens, com 48. Ainda estamos pagando esse estoque. Há pessoas que recebem aposentadoria há mais de 30 anos. Uma conta dessas não pode fechar.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião, aproveitou a audiência para lançar a campanha Quem Vai Pagar a Conta, que critica a reforma e é organizada por ele.

— Não há deficit. O dinheiro é desviado. Essa conta não é nossa. Nós já pagamos — disse.



Durante a audiência, Paim lança campanha contra a reforma previdenciária

Direitos dos povos indígenas serão discutidos hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência pública para debater os direitos dos povos indígenas. A reunião atende requerimento da senadora

Regina Sousa (PT-PI), presidente da comissão.

Para o debate, estão convidados o coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib),

Elizeu Lopes, e a presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Lia Zanotta. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos também deve enviar um representante. O defensor público Lucas Cabette Fabio, integrante do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Indígenas da Defensoria Pública da União, e o procurador Luciano Mariz Maia, coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, completam a lista.



Audiência pública foi pedida pela presidente da comissão, Regina Sousa

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Relator da CPI da Previdência, Hélio José (D) conduz debate na comissão

Reforma de aposentadorias é criticada em audiência pública

Participantes da audiência promovida ontem pela CPI que investiga as contas da Previdência criticaram a proposta de reforma. Eles foram unânimes ao apontar falhas e apresentaram sugestões para melhorar as contas do setor.

A audiência marcou o reinício dos trabalhos da CPI, que é presidida por Paulo Paim (PT-RS) e tem como relator Hélio José (PMDB-DF).

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social, Clodoaldo Neri Júnior, disse que o governo precisa repensar anistias que comprometem recursos da Previdência. Ele sugeriu que a apropriação desses recursos seja considerada crime de responsabilidade. Para o diretor, o governo deveria cobrar as dívidas de grandes devedores e pensar numa reforma tributária mais ampla. Neri Júnior disse que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) impacta negativamente as contas da Previdência.

— Esse impacto o governo vai chamar de rombo e depois vai cobrar dos idosos, dos deficientes, dos mais pobres. Precisamos de uma Previdência que dê segurança ao trabalhador. Essa reforma, como está, é perversa e desprotege a quem deveria proteger.

Dever de casa

Representante do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), Marília Castro disse que o sistema precisa de reforma, mas não a proposta pelo governo. Segundo ela, a Previdência deveria ter contabilidade separada das contas do governo.

Artur Carlos de Moraes, do Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Externas do Distrito Federal, cobrou mais responsabilidade do governo na gestão e na aplicação dos recursos previdenciários.

Auditor do tesouro municipal de Recife, Fábio Macedo afirmou que a reforma proposta não incentivará ninguém a entrar no sistema, o que poderia agravar o deficit.

O delegado Marcelo Borsio, da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, afirmou que o governo deveria “fazer o dever de casa” antes de propor a reforma. Ele citou a cobrança de grandes devedores, a revisão de renúncias fiscais e o combate a fraudes como ações que poderiam diminuir o deficit.

O presidente da Federação Interestadual dos Policiais Civis da Região Centro-Oeste e Norte, Divinato da Consolação, lembrou que categorias do serviço público, como a dos policiais, trabalham com risco de vida e deveriam ter tratamento especial:

— Com essa reforma, não haverá policial que se aposente. Todos vão morrer antes.

CPI deve ser prorrogada, afirma relator

O relator da CPI da Previdência, Hélio José, disse que o prazo de funcionamento da comissão deve ser prorrogado até o fim do ano. Segundo o presidente do colegiado, Paulo Paim, já há mais de 50 assinaturas pedindo a prorrogação da CPI, autorizada a funcionar inicialmente até 8 de setembro.

Hélio José disse que a CPI vai buscar confrontar os dados oficiais recebidos do governo com as informações levadas por debatedores nas audiências feitas pela comissão.

— Precisamos de diálogo e de uma política econômica consistente para os próximos anos. Não podemos fazer uma reforma que penalize os mais pobres.

Paim relatou que, em visita a mais de 30 cidades no Rio Grande do Sul, percebeu a repercussão positiva da CPI. As pessoas, disse, se mostram perplexas com os dados que evidenciam a aplicação irregular de verbas do setor.